

PRIVILÉGIOS E HONRARIAS: A IDEIA DE NOBREZA E FIDALGUIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX, EM UM ESCRITO DA ÉPOCA.

Denis Carlos Moser Ieni (UEM-CRV)

Karla Maria da Silva (UEM-CRV)

RESUMO: Este artigo apresenta as linhas gerais de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIC) ainda em fase inicial, que trata de investigar o conceito de nobreza no Império português em fins do XVIII e início do XIX. O objeto de análise consiste na obra *Privilégios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal*, de Luiz da Silva Pereira Oliveira, publicada originalmente em 1806. Nessa obra, o autor aborda, entre outras questões, a origem, a etimologia e os privilégios da nobreza portuguesa, além de apontar a existência de inúmeras distinções entre ela. Trata, ainda, dos mecanismos de nobilitação, como a ocupação de cargos eclesiásticos, civis e militares, assim como dos ofícios, ocupações e crimes incompatíveis com a nobreza e a fidalguia, o que além de possibilitar a compreensão das mencionadas categorias na concepção da época, permite ainda verificar se essa concepção estava em sintonia com as novas ideias acerca da nobreza - conservadoras ou liberais - emergidas, principalmente, da Revolução Francesa, ou se eram alheias a elas.

PALAVRAS-CHAVE: Nobreza; Privilégios e Honrarias; Império português.

Este artigo apresenta as linhas gerais de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIC) ainda em fase inicial, que trata de investigar o conceito de nobreza no Império português em fins do XVIII e início do XIX. O objeto de análise consiste na obra *Privilégios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal*, de Luiz da Silva Pereira Oliveira, publicada originalmente em 1806, e tem como objetivo compreender o conceito de nobreza no império português, na concepção da época.

Como se sabe, a expansão marítima no século XV, juntamente com a conquista do Novo Mundo pelos ibéricos a partir do século XVI, alterou definitivamente as estruturas do mundo ocidental, promovendo transformações em todas as esferas da vida, nos dois lados do Atlântico. Em fins do século XVIII, portanto quase três séculos após o descobrimento da América, o pai da economia política ainda entendia esses acontecimentos como os mais importantes da história, afirmando, em *A Riqueza das Nações*, que “a descoberta da América e a passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores

e mais importantes eventos registrados na história da humanidade” e que “suas consequências já têm sido muito grandes”. (SMITH, 1996, p. 116)

Essa expansão por mares e terras dilatou os domínios de Portugal para além de seus limites terrestres e constituiu o que Charles Boxer convencionou chamar de “império marítimo português”.

Além de alargar o campo de ação política, econômica e religiosa da coroa portuguesa, os acontecimentos dos séculos XV e XVI, acabaram lhe proporcionando, como lembrou Fernanda Bicalho (1996, p. 22), a capacidade de “dispor de novas terras, ofícios e cargos; outorgando-lhes direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferindo rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa”. Segundo Ronald Raminelli (2013), a distribuição de mercês era tanto um potente mecanismo que estruturava a sociedade como condição para ampliar as alianças capazes de sustentar o poder régio.

Conforme a expansão ia se efetivando, a coroa ia promovendo novos quadros militares, políticos e administrativos, e desenvolvendo novas formas de organizá-los e remunerá-los, como é o caso da concessão de privilégios, honrarias e mercês, o que conferiu também à nobreza e à fidalguia lusa, assim como aos seus candidatos, um leque de novas possibilidades. Desse modo, estar inserido nos quadros da nobreza lusa significava ascensão social, política e econômica.

Assim, principalmente a partir do século XV, ser nobre ou fidalgo no vasto império português trazia consigo inúmeras vantagens, o que certamente despertava nos indivíduos um grande desejo de pertencer aos seus quadros.

A nobreza lusa, assim como o restante da nobreza europeia, tinha muitas ramificações; seus integrantes poderiam ser nobres por linhagem ou ter nobreza adquirida, e suas ocupações variavam, podendo ser de natureza científica, militar ou eclesiástica. Existiam ainda outras ocupações que eram incompatíveis com a nobreza e representavam um obstáculo ao seu acesso. Nas monarquias do Velho Mundo de modo geral, a nobreza adquirida por plebeus era viabilizada a partir da prestação de serviços às casas reais, os quais eram recompensados, como colocou Sheila de Castro Faria (2002, p. 553), “com títulos vitalícios e hereditários”.

Esse sistema de concessão de títulos, privilégios, honrarias e outras vantagens, era bastante complexo, e teve muitas variações. Em Portugal, embora as características mencionadas acima possam ser observadas entre a nobreza, em função da diversidade de seu vasto império elas foram adaptadas em algumas localidades, e apresentaram certas peculiaridades.

Isso foi constatado por Roberta Stumpf, por exemplo, ao analisar as formas de nobilitação na América portuguesa entre as elites coloniais; ela observou que apesar da riqueza ser a fonte de reputação social e o primeiro degrau nas carreiras ascensionais, existiam ainda diferentes formas de nobilitação prestigiadas no Ultramar, que “por não estarem vinculadas estritamente à riqueza dos indivíduos, harmonizavam-se aos paradigmas hierárquicos próprios do modelo europeu”. (STUMPF, 2011, p.121)

De fato, compreender a nobreza e a fidalguia no império português não é tarefa simples. Na própria América portuguesa, como apontou Stumpf nas linhas acima, essa classe sofreu mutações e apresentou características distintas das do Reino, tendo apresentado variações, inclusive no decorrer do tempo.

O documento que se constitui como objeto de análise da pesquisa trata justamente dessa questão: nobreza e fidalguia no império português, e ainda, dos mecanismos de sua concessão. Trata-se de *Privilégios da Nobreza, e Fidalguia de Portugal*, escrito por Luiz da Silva Pereira de Oliveira, e publicado no ano 1806, em Lisboa. Oliveira era cavaleiro da Ordem de Cristo, corregedor da comarca de Miranda do Douro (Portugal), e membro da Real Academia de Ciências de Lisboa.

No preâmbulo da obra, Oliveira afirma que a motivação para escrevê-la foi o fato de não existir à época nenhuma compilação, compêndio ou instrução acerca do assunto, tendo encontrado ele apenas dispersas referências na legislação. Escreveu Oliveira que os dados por ele encontrados estavam deslocados, “como fugitivos, e lançando mão deles, de hum e hum, fiz dos mesmos huma breve Colleção, pela ordem com que me foram sahindo ao encontro. Passado algum tempo nasceo em mim o desejo de arranjallos, e de imprimillos em beneficio do Público”. (OLIVEIRA, 1806, p. VII)

Essa “breve Colleção” de Oliveira discute aspectos importantíssimos para a compreensão da temática, apresentando-nos

“huma breve noção da origem, ethymologia, definição, e antiguidade da Nobreza, e das suas diferentes espécies, como tambem dos empregos Ecclesiaticos, Civis, Militares, escientificos, que a produzem, augmentão, e conservão; e bem assim dos officios, occupações, e crimes, que a derogão, anniquillão, e perdem; e de todos os outros, que indifferentemente se podem exercitar sem derrogação desta amavel qualidade. (OLIVEIRA, 1806, p. XVII/XVIII)

Como se observa na passagem acima, muitos elementos interessantes e fundamentais para a compreensão da temática são abordados no escrito. Mesmo um rápido olhar sobre obra

revela aspectos importantes da nobreza portuguesa, como o capítulo X, que trata *Da Nobreza Civil proveniente do Commercio, e sua útil profissão*, e o capítulo XI, intitulado *Da Nobreza Civil proveniente da Navegação*, por exemplo. A existência de capítulos específicos para a discussão dessas duas origens de nobreza indica uma valorização tanto da classe dos comerciantes quanto dos navegadores, o que sugere uma estreita ligação com o pensamento desenvolvido ao longo dos séculos dos descobrimentos, o qual caracterizou Idade Moderna.

No entanto, cabe lembrar que, na segunda metade do século XVIII, em função da eclosão de eventos como o Iluminismo, a Revolução Industrial, o liberalismo, a Independência dos EUA e, principalmente, a Revolução Francesa, o mundo ocidental sofreu profundas transformações tanto no plano das ideias quanto no plano material, as quais abalaram profundamente as antigas estruturas políticas, econômicas e sociais, dando início a uma nova fase na história da humanidade. A partir de então, ao velho e tradicional opunham-se o novo e o moderno; ao obscurantismo opunham-se a razão e a ciência; ao mundo estático impunha-se uma realidade mais dinâmica; e ao modelo aristocrático impunha-se o burguês.

Diante de tal ebulição, vivia-se um período de mudança de conceitos e de paradigmas. Propagava-se a ideologia burguesa, espalhavam-se a cientificidade e o empirismo, valorizava-se o conhecimento utilitarista, o pragmatismo, a crença na ideia de progresso e do homem como portador da razão. Tomavam corpo as ideias que condenavam a escravidão, o absolutismo, o mercantilismo, e a forma aristocrática de organizar a sociedade. Nesse contexto, também a nobreza foi alvo de reflexões, ora sendo entendida como uma instituição arcaica, incompatível com os novos tempos que se inauguravam; ora como elemento indispensável à sociedade, responsável por manter o equilíbrio entre os devaneios do monarca e a impetuosidade das massas.

Dáí, desdobra-se a seguinte reflexão: a ideia de nobreza no império português em fins do XVIII e início do XIX, estaria em harmonia com essas novas ideias? Na tentativa de refletir melhor sobre essa questão, lançamos um olhar panorâmico sobre a produção historiográfica que trata da nobreza, e observamos uma grande variação nas abordagens, assim como nos enfoques.

Quanto aos aspectos mais teóricos referentes à temática, encontramos importantes reflexões nos trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro. Entre outras questões, Monteiro (1998) tratou do sentimento de pertença e da consciência da nobreza portuguesa, identificando um “*ethos*” ou “*habitus*”, definido por ele como “um sistema de disposições incorporadas”,

caracterizado pela assimilação de certos valores, hábitos e costumes inerentes à condição de nobre.

Outras pesquisas, como as de Atienza Hernandez, têm se dedicado à investigação do papel desempenhado pela nobreza no Antigo Regime, e à reflexão acerca do poder econômico, político e social por ela exercido, reforçando a ideia de que “la classe nobiliária ocupó um papel de preeminência em el Antiguo Régimen” e que constituíam “el grupo hegemónico”. (ATIENZA HERNADEZ, 1987, p. 9)

Outros estudos, ainda, têm mergulhado na comparação entre a nobreza do Velho Mundo, apontando para as diferenças das monarquias da Europa do Antigo Regime.

Quanto à produção historiográfica relativa à nobreza e aos mecanismos de nobilitação no império português, verifica-se também que os estudos são bastante variados, tanto no que diz respeito ao enfoque quanto ao recorte temporal.

Citemos como exemplo os estudos do já mencionado Ronald Raminelli. Em um interessante trabalho sobre a nobreza no antigo regime ibérico setecentista, no qual discute, entre outras questões, os métodos de distinção social, o autor compara a nobreza da América portuguesa e da América espanhola, e traça uma relação entre nobreza e riqueza. Observemos.

Aliás, os privilégios da nobreza geravam rendimentos, tenças, rendas indispensáveis para exercer seu papel na sociedade, ou melhor, para a manutenção da linhagem e da sua posição social. O sucesso econômico não era a condição de ingresso no segundo estado, mas o passado de glória não sustentava por si as casas nobres. As famílias sabiam que a falência econômica tornava impossível a sua sobrevivência enquanto grupo privilegiado. Assim, as mercês régias e o patrimônio deveriam gerar rendas capazes de financiar o cotidiano de luxo: festas, casamentos e funerais. (RAMINELLI, 2013, p. 92)

Outro bom exemplo é a obra *Ser Nobre na Colônia*, de 2005, de Maria Beatriz Nizza da Silva. Neste trabalho a autora percorre os quase três séculos de nobreza na América portuguesa, identificando três fases distintas: do início da colonização até 1750; de Pombal à chegada da Côrte; e de 1808 ao movimento constitucionalista. Na obra temos um retrato da complexidade da nobreza nas terras tropicais, e de seus esforços para manter um estilo de vida próprio.

Como se observa, a despeito dos inúmeros estudos desenvolvidos acerca da nobreza e da fidalguia, e das mais variadas discussões realizadas sobre o tema, poucas pesquisas abordaram questões relativas à concepção de nobreza no império português em fins do século

XVIII e início do XIX, configurando-se, assim, uma espécie de lacuna na produção historiográfica.

Dessa forma, esmiuçar os escritos de Luiz da Silva Pereira Oliveira (o que compreende, além da análise, uma comparação de seus pressupostos com a mentalidade contemporânea ao período), pode trazer à tona muitos elementos importantes não apenas para a reconstituição da história da nobreza no império português, mas também, e principalmente, para compreendermos como se apresentava o pensamento luso diante das novas concepções, sejam as mais conservadoras ou mais liberais, que emergiram da Revolução Francesa.

Conforme mencionamos anteriormente, esta pesquisa encontra-se em fase inicial de desenvolvimento. Os dados aqui esboçados demonstram as principais ideias que constituem a pesquisa. Não esperamos com este trabalho esgotar as análises da temática em questão, mas apenas expor algumas considerações referentes à pesquisa.

REFERÊNCIAS:

ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio. *Aristocracia, poder y riqueza em la España moderna: La casa de Osuna, siglos XV-XIX*. Madrid: SigloVeintiuno de España Ed., 1987.

BICALHO, M. F. B. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. In: *Revista Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 2, p. 21-34, nov. 2005.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de. *Conquistadores e Negociantes*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Sheila de Castro. *Nobreza*. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MONTEIRO, N. G. F. *O "Ethos" da Aristocracia Portuguesa sob a Dinastia de Bragança: algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei*. In: *Revista de História das Idéias*. Coimbra: Artipol, v.19, 1998, p.383-402.

RAMINELLI, Ronald. *Nobreza e Riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista*. In: *Revista de História*. USP. São Paulo, nº 169, p. 83-110, Julho / Dezembro, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia, 1558-1641*. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

STUMPF, Roberta G. *Nobrezas na América portuguesa: notas sobre as estratégias de enobrecimento na capitania de Minas Gerais*. In: *Revista Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.119-136, 1º semestre, 2011.